

“DA TERRA DE CORDEL E REISADOS”: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O ECOFESTIVAL DE NOVO AIRÃO E A AFRO- AMAZONIDADE

Adan Renê Pereira da Silva¹⁴

Introdução

A escrita aqui desenvolvida é oriunda de reflexões realizadas acerca da formação sociocultural da cidade de Novo Airão, Amazonas, baseada na leitura artística da festa mais popular da cidade: o Ecofestival dos Peixes-Boi, reunindo duas agremiações, o peixe-boi Jaú e o peixe-boi Anavilhanas. Ao me indagar acerca dos tipos humanos que compõem a cidade como hoje se apresenta, objetivei refletir sobre modos de a festa representar essas pessoas, analisando um dos momentos de apresentação da agremiação Jaú. Escolheu-se uma das cenas principais do Festival, com o intuito de tornar exequível a proposta, dada a amplitude possível a um artigo.

Para tanto, utilizei-me da proposta metodológica etnográfica, influenciado pela complexidade que o fenômeno ocupa (criação, planejamento e execução) e pela compreensão de Geertz (1989), que vê na etnografia a possibilidade de obtenção de aspectos significantes em torno dos quais os atos são produzidos, percebidos e interpretados e sem os quais eles, de fato, não existiriam. Esmiuçando-a, enfatizo aqui a autoetnografia, consoante proposta de Santos e Biancalana (2017), que veem no método um arcabouço mais robusto para explicitar a vivência dos dados do campo. A autoetnografia entrelaça pesquisador e pesquisado, necessidade deste estudo, tendo em vista a posição que ocupo na agremiação, sendo um dos idealizadores do momento em análise. Isto privilegia informações que vão da composição à execução do ato.

Na proposta metodológica autoetnográfica, o trabalho é atravessado colaborativamente pelo artista que orienta a investigação com o pesquisador (é nesta “fusão” em que me encontro), entendendo-se como parte do estudo. No caso deste texto, trabalha-se com a autoetnografia formadora, ou seja, “[...] uma investigação muito mais em formato de memória crítica, visto que nesse momento as informações não são submetidas a análises, interpretações e tampouco se articulam a conhecimentos de outras fontes [...]” (SANTOS; BIANCALANA, 2017, p. 86). Daí o uso que faço da primeira pessoa durante a escrita e a discussão e análise de resultados em tons de memória crítica, sem preocupação em articular o debate com outros autores, os quais serão apresentados na primeira seção deste artigo, de modo a obter uma fundamentação teórica e contextualizar o leitor e a leitora.

14. Doutor em Educação e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em História da Saúde na Amazônia pela Fiocruz – AM. Psicólogo e docente. Membro da Equipe de Criação e Artes do Peixe-Boi Jaú do Ecofestival do Peixe-Boi de Novo Airão. <http://orcid.org/0000-0003-2668-5944>. E-mail: adansilva.1@hotmail.com

Por questões de rivalidade da festa, a agremiação contrária não foi analisada. A cena escolhida corresponde ao segundo ato da festa, o momento *Ayika* (do iorubá, ambiental), na apresentação de 2019.

Minha localização, como antes dito, é de pesquisador e “fazedor” (um dos) do evento. Ao receber o convite para adentrar o universo da festa de Novo Airão, fiquei fascinado com a ênfase ecológica que ela comporta, em um viés de preservação dos ecossistemas e biomas amazônicos. Convidado a ser roteirista do Peixe-Boi Jaú, foi-me atribuída a grata função de escrever o Histórico da Apresentação, um roteiro apresentado aos/às jurados/as contendo o tema e o desenvolvimento, além de ter ajudado – em teoria e em ação – o desenrolar da disputa. Fazer isso significou minha total implicação no fenômeno, demandando de mim envolvimento no campo, em paralelo ao reconhecimento da confiança depositada – a qual pesou bastante, subjetivamente falando. Deste modo, sinto-me na obrigação ética de devolver à cidade uma parte do citado reconhecimento, com um retorno científico a Novo Airão, eterna Vila de Tauapessassu.

Na esteira do Festival Folclórico de Parintins, o denominado “Ecofestival do Peixe-Boi” agrega elementos musicais, cênico-coreográficos e artísticos, enfatizando, no Regulamento que rege a disputa entre os dois peixes, uma mensagem ecológica, geralmente de cunho preservacionista. Para compreender o cenário, optou-se por dividir o artigo em dois momentos: no primeiro, debate-se a fundamentação teórica da cena em análise, no segundo, apresentam-se a festa e a (auto)etnografia, seguindo-se com as considerações finais e referências.

Encontro “de repente” com “gambá”: a afronordestinidade amazônica pulsante no Quilombo do Tambor

A invisibilização da presença de homens negros e mulheres negras é notória quando se fala da região amazônica (SAMPAIO; 2011; NAKANOME; SILVA, 2019; NAKANOME, 2019). Nas palavras de Nakanome (2019), é base do senso comum pensar que a região foi formada apenas pelo “encontro” entre indígenas e europeus. Consequentemente, o racismo estrutural brasileiro foi agregado como um fator de “estranhamento” em relação a este tipo humano nas paragens do Norte do país. Se, como constata o autor, nem o Festival Folclórico de Parintins ficou isento desta construção sócio-histórica, sendo por muito tempo visto somente como “festa de índio”, pode-se estender o raciocínio ao Ecofestival. Contrapondo-se a este tipo de discurso, a proposta de falar da presença negra em Novo Airão foi intencional por parte do Peixe-Boi Jaú.

O ponto inicial foi ressignificar a relação entre a presença de homens e mulheres afrodescendentes na Amazônia, destacando que ela pode e deve ser notada e

ampliada na cidade. Farias Júnior (2011) conta que, entre o fim do século XIX e início do século XX, chegam no rio Negro e em outros rios da região trabalhadores e trabalhadoras para laborar na produção de borracha. Com o fim da escravidão, muitas terras concentram-se na mão de poucos. Sem local para habitar e oriundos/as da *plantation* ou das fazendas de criação, estes/as ex-escravos e ex-escravas deslocam-se para outras localidades do país.

Eles e elas constituem povoados por onde passam, formando comunidades negras rurais. Além do crescimento do comércio, o afluxo de africanos e africanas ocorreu objetivando resolver conflitos entre colonos leigos e missionários pela posse e controle da força de trabalho ameríndia (SILVA; FERREIRA, 2015).

Silva (2014) pontifica ser por intermédio da Fundação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão que negros e negras consolidam-se na Amazônia. Neste viés, Gomes (2005) defende que, nos anos 1700, a população negra e africana já estava espalhada pela região, nas lavouras (trabalhando com indígenas), na coleta das chamadas “drogas do sertão”, no transporte de canoas e nas obras e fortificações militares que compunham o Grão-Pará, com o intuito de impedir invasões estrangeiras.

Tal é o contexto em que se insere o povoado do Tambor, no Rio Jaú, afluente do Rio Negro, Novo Airão. Ao chegarem no local, nordestinos e nordestinas desenvolveram a extração do látex da seringueira, embrenharam-se na coleta de castanhas e imiscuiram-se na agricultura. Ao serem percebidos/as por outras pessoas como habitantes do local, o rio em que habitavam foi “renomeado”. Recebeu o apelido de “Rio dos Pretos”.

Segundo Farias Júnior (2011, p. 142), “[...] o termo ‘preto’ é usado em um primeiro momento por seringalistas, seus descendentes, como também por outros agentes que transitavam pelo rio Jaú, primordialmente para indicar a ‘presença negra’ no rio Jaú e Igarapé Paunini”. Ainda segundo ele, tal designação não teve uma receptividade positiva por parte dos/as moradores/as, pois o termo era considerado ofensivo, à época. Era visto como um marcador social da diferença. Entretanto, “[...] A partir da mobilização étnica dos agentes rurais, que atualmente se autodefinem como ‘remanescentes de quilombo’, houve uma politização do termo ‘preto’, como também do ‘Rio dos Pretos’” (FARIAS JÚNIOR, 2011, p. 142). Hoje, a comunidade tornou-se conhecida como “Quilombo do Tambor”.

Além de estigmatizados/as, renegados/as, marcados/as socialmente, homens e mulheres que habitavam a região ainda tiveram que se ver em meio ao conflito trazido pela fiscalização oriunda da instalação, na foz do Rio Jaú, em 1985, da Unidade de Conservação que originaria o Parque Nacional do Jaú, via presença dos agentes do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, posteriormente

IBAMA. Tudo isto, conforme verificado por Farias Júnior (2011), redundou numa série de restrições e proibições quanto ao uso dos recursos naturais, como a caça, a pesca, a agricultura, a coleta e o extrativismo vegetal. Esta nova realidade “compulsória” ocasionou o deslocamento de várias famílias dos rios Carabinani, Unini e, principalmente do Jaú. Uma expulsão visivelmente ilegal, visto que, consoante constatação do autor:

As comunidades e povos tradicionais atingidos pela criação de Unidades de conservação têm o direito de decidirem se querem ou não sair, é isso o que garante a Convenção 169 da OIT e o Decreto 6040/2003, além de outros dispositivos legais dispostos na Constituição Federal (FARIAS JÚNIOR, 2011, p. 145-146).

Esta situação, no Parque Nacional do Jaú – da relação pessoa-ambiente – agrava-se, por ser esta Unidade de Conservação a maior da América Latina, em se tratando de florestas tropicais contínuas. Como muitos outros Parques Nacionais, apesar das polêmicas judiciais envolvidas, mantém-se a população tradicional vivendo em seu território. Entretanto, há um preço a ser pago.

Interessante reflexão é descrita no estudo de Abreu (2000, p. 22):

A arraigada ideia de que os seres humanos apropriam-se da natureza com o intuito de explorá-la, conquistá-la e dominá-la, ainda ecoa neste fim de milênio. Na era moderna, a natureza esteve sob a égide da racionalidade científica em que prevalecia a dicotomia sociedade/natureza e, dentro desse contexto, a razão impunha as regras, era a ciência a única capacitada a responder indagações, tudo tinha que passar pelo seu crivo e foi este crivo racional que fragmentou o conhecimento, levando a modernidade a acreditar na incapacidade humana de se relacionar de forma integral com a natureza. Como consequência dessa ideia surgiram no mundo ocidental as áreas de proteção integral ao meio natural levando à expulsão de muitas populações de suas terras de origem. Expulsão que causa danos irreparáveis pois junto com os habitantes vão seus conhecimentos tradicionais, suas crenças e seus diversos modos de vida.

Como meio de defesa, a comunidade do Tambor conseguiu seu cadastro na Fundação Cultural Palmares (registro 563, fls 73, em 19/05/2006). Isto foi fruto de uma longa luta que ganhou robustez em 2005, com a criação da Associação dos Moradores Remanescentes de Quilombo da Comunidade do Tambor, objetivando lutar pelas terras. Em processo instaurado junto ao INCRA e analisado pelo antropólogo João Siqueira, reconheceu-se à comunidade o direito pleiteado, mas parcialmente, posto que parte das pessoas mudaram-se contra a vontade:

A implantação do Parque Nacional do Jaú, em 1985, ocasionou o deslocamento compulsório de parte das famílias da denominada “comunidade” do Tambor para a periferia de Novo Airão. Compreendemos tratar-se de elementos adstritos a “processos de territorialização”, ocorrido devido a uma ação autoritária do governo brasileiro (FARIAS JÚNIOR, 2011, p. 151).

Como observado por Abreu (2000), ao se tornar Unidade de Conservação, a população tem suas técnicas agrícolas e extrativistas fiscalizadas e orientadas pelas instituições responsáveis pela administração do Parque, levando os habitantes a buscarem novas alternativas de trabalho ou modificando, em parte, seus modos de vida tradicionais.

Por óbvio que modos de vida também vieram com nordestinos e nordestinas, encontrando outros sujeitos e relacionando-se com o novo ambiente. Havia outros negros e negras na região amazônica. Braga (2011) é profícuo em mostrar, em consulta a fontes históricas, a chegada de homens e mulheres de origem banto, sobretudo vindos/as de Angola. O professor traz para o debate um registro de 1873, do Cônego Francisco Bernardino de Souza, o qual registra uma pluralidade de mocambos em muitas regiões do Amazonas. Mocambos que abrigavam tanto negros/as fugidos/as como indígenas. Na bagagem, danças, ritmos e batuques foram trazidos.

Analisando o que poderia estar nessa grande bagagem, Braga (2011) pontua não ser demais inferir que um desses “conteúdos”, a “dança do gambá”, de matriz africana e praticada inicialmente por negros/as na Amazônia, teria como referência um instrumento musical homônimo, o tambor “gambá”. Tal tambor é confeccionado em tronco de madeira escavada e com membrana em uma das extremidades, que além de ser percutido com as mãos que batem no próprio couro, também é golpeado por um segundo tocador igualmente sentado no tronco que percute o instrumento batendo no tronco apoiado no chão.

“Gambá”, ancestral e sagrado, para o Jaú, tambor de resistência! Abaixo, imagens do instrumento (original e alegorizado).

Imagem 1: O gambá.



Fonte: Acervo pessoal.

Imagem 2: Gambá alegórico. Trabalho de Hemaclely Sounier e equipe.



Créditos: TV Encontro das Águas.

“Ayika, o ambiente que vem da relação com a terra”: a revolução que se faz pela consciência

De modo geral, os chamados festivais folclóricos são muito comuns no Amazonas e, muitos deles, são bastante influenciados pelo modelo parintinense. Sobre a representativa manifestação de festas folclóricas no Amazonas, Silva e Castro (2018, p. 83-84) destacam:

Apenas para exemplificar a expressiva quantidade de festas populares, ater-nos-emos aqui a mostrar algumas delas classificadas como “expressões culturais” no Amazonas: boi-bumbá de Parintins, Cará de Caapiranga, Peixe-Boi de Novo Airão, Cirandas de Novo Aripuanã, Minifestival da cidade de Manacapuru (com disputa também de cirandas), Boi-bumbá de Nova Olinda, Boi-bumbá de Fonte Boa, entre muitas outras que existem não só no interior, como também na capital.

Essa “irradiação” do modelo parintinense em Novo Airão pode ser explicada quando se estuda o nascimento da festa airãoense. Silva e Oliveira Júnior (2019) explicam que, no formato inicial, havia apresentação de vários grupos, incluindo um boi-bumbá, o Mina de Ouro. À época, por intervenções de cunho político, foi solicitada uma competição com a “cara” da cidade (já que o boi estava bastante identificado com Parintins), o que coincidiu, temporalmente, por exemplo, com o já criado Parque Nacional do Jaú e uma percepção mais aguçada do potencial do arquipélago de Anavilhanas, posteriormente alçado à categoria de Parque também. Com a ameaça de extinção do peixe-boi, gerada pela matança do animal, o foco passou a ser as duas agremiações, gerando a disputa em moldes mais parecidos com a atualidade. Entretanto, a influência dos bumbás não terminou.

O boi-bumbá Mina de Ouro, precedente do peixe-boi, chegou em Novo Airão por meio de duas figuras históricas

parintinenses: Fátima Santana (primeira presidenta do Peixe-Boi Jaú) e Ademir Teixeira. Ela e ele foram responsáveis por inserções importantes no modelo atual, entre eles, novos itens individuais. Em conversa com “Seu Santana” – fiquei hospedado na pousada que ele administra, na ocasião do festival – figura histórica do Ecofestival, viúvo de Fátima Santana, ele me relatou com saudades essas informações.

Ter como primeira presidenta a senhora Fátima Santana, uma mulher, foi visto como um ato revolucionário para um primeiro mandato. Fátima é considerada uma visionária pela agremiação. Ela foi responsável por um verdadeiro hibridismo cultural entre as festas, respeitando as especificidades do local que passou a habitar.

A disputa acontece em uma quadra situada em local de destaque de Novo Airão. Quando da realização do evento, esta quadra, sem maiores destaques no dia a dia, transforma-se na “Lagoa dos Peixes”, palco da disputa entre Jaú e Anavilhanas (SILVA; OLIVEIRA JÚNIOR, 2019).

Especificamente acerca do Peixe-Boi Jaú, o Histórico (2019, p. 11) registra que ele:

[...] se oficializa historicamente em 14 de novembro de 1993, com a criação do Grêmio Recreativo Folclórico e Cultural Peixe-Boi Jaú. Possui como cores oficiais o verde - das matas e do Parque homônimo - e o preto - da cor do Peixe-Boi e do esplendoroso Rio Negro. O lábaro eterniza a imagem de um caboclo em uma canoa, parte de uma paisagem bastante comum da região. Por fim, o nome escolhido para o Peixe-Boi, símbolo da festa do Ecofestival, é uma homenagem ao Parque Nacional do Jaú, detentor de um ecossistema de floresta densa de terra firme, igapós, buritizais e capoeiras com cerca de cem espécies de plantas e uma riquíssima fauna. Terra de encantos e encantados, de rios e seus bichos-do-fundo, de quilombo e caboclitude.

Sobre o Parque, é o segundo maior em âmbito nacional, com uma área superior ao estado de Sergipe e declarado pela UNESCO Patrimônio Natural da Humanidade. Localiza-se entre os municípios de Novo Airão e Barcelos, no Estado do Amazonas, totalizando 2.272.000 m². Este total é cortado pelos Rio Jaú e Rio Unini, afluentes do Rio Negro. A localização coincide com o planalto rebaixado da Amazônia Ocidental: um relevo desertificado, abrangendo colinas, igapós, igarapés, planícies, áreas inundadas, bem como matas de terra firme. O parque possui 60% das espécies de peixes catalogadas no Rio Negro, dentre eles: o tucunaré, o tambaqui, o pirarucu e o jaú, um dos maiores peixes brasileiros – que nomeou o parque do rio que o corta e da agremiação em debate (HISTÓRICO..., 2019).



Fonte: Histórico da agremiação.

A imagem 3 permite que entremos no contexto da apresentação de 2019. Ela ilustra o tema escolhido. Pode-se constatar, na parte de baixo da figura e acima de “Peixe-Boi Jaú”, “pistas” em relação ao núcleo da ideia: um caboclo, um indígena e uma mulher negra emoldurando a paisagem natural. Além do aspecto imagético, há, no próprio tema, palavras sugestivas de três *loci* culturais distintos: *Nawuigu*, palavra tikuna que significa “equilíbrio”, a já citada *ayika*, do yourubá, significando ambiental, e “revolução pela consciência”, do idioma pátrio. Desta forma, mantendo o “suspense”, convidando torcedores e torcedoras a ficarem curiosos/as acerca da proposta, o ideal era refletir sobre o equilíbrio ambiental, por meio do encontro entre culturas diversas e matriciadoras do povo brasileiro. Conforme expresso no Histórico da agremiação, por Silva (2019, p. 14):

[...] a proposta apresentada traduz a necessidade do equilíbrio ambiental como uma revolução a ser feita pela consciência. Consciência esta plurissignificada: consciência de discernir o que é certo do que é errado ambientalmente, de estado fisiológico que permite observar, interagir e pensar com o mundo exterior e, talvez o sentido que mais queremos enfatizar: o da consciência como um contraponto à alienação, em um sentido marxista, de captação de ideologias e um senso de realidade com uma base diferente

daquelas dos grupos dominantes. Trouxemos, então, ensinamentos diversos de culturas múltiplas que nos circundam e nos constroem, extraindo “um pouco” da lição a nós ensinada por intermédio de como entendem o equilíbrio ambiental, a relação da humanidade com aquilo que nos cerca. Esta relação de “ensinar” e “aprender” com culturas variadas vem do entendimento da festa como algo para além de mera alegria: compreendemos o Ecofestival como um instrumento educativo e, desde já, adiantamos uma conclusão: a revolução virá pelo saber!

Assim, em três cenas, a agremiação desenvolveu as três leituras culturais que visavam a “desideologizar” uma realidade mascarada por intermédio da alienação. Na primeira, enfatizaram-se as noções de sustentabilidade do povo Sateré-Maué. Na segunda, o palco foi de nordestinos e nordestinas negros/as na relação com a terra. A última cena trouxe um apelo de preservação para a Amazônia que queimava nas chamas da ganância. Dada esta visão geral, envereda-se agora pelo segundo momento, denominado “Cena 2 - Ayika: o ambiente que vem da relação com a terra”.

Uma especificidade do ano de 2019 foi o Ecofestival ter obtido um alcance mundial, por meio da veiculação realizada pela TV Encontro das Águas, a qual chegou a registrar comentários de espectadores que assistiam de outros países. A transmissão segue disponível no YouTube e nas redes sociais. Deixa-se aqui um dos links: <https://www.facebook.com/tvencontrodasaguass/videos/xxii-ecofestival-do-peixe-boi/460943744539023/>, para quem desejar assistir ao espetáculo.

O início da cena comentada dá-se pela teatralização de uma criança representando Ágatha, morta pela violência no Rio de Janeiro. O assassinato foi amplamente divulgado¹⁵ pela mídia e comoveu a população, não só por ser uma criança, mas pela relação com o racismo estrutural que impregna a nossa sociedade. Refletindo as relações entre global e local (HALL, 2002), o objetivo foi abrir a cena refletindo e problematizando, por meio da arte, como o racismo, infelizmente, imiscui-se em nossa formação enquanto povo brasileiro, para bem longe de uma utópica “democracia racial”. Nas palavras de Lima Júnior (2019, p. 66-67):

Decerto, o que se nota com o silenciamento de perspectivas africanas na Amazônia reflete como homens e mulheres afrodescendentes são vistos/as como figura de menor valor no que diz respeito às referências identitárias, pois, ao fim e ao cabo, os processos de exclusão levados pelo racismo impregnado em nossa cultura busca homogeneizar o Brasil, ideal cristalizado pelo “embranqueamento” da sociedade. Pensar em uma Amazônia como cenário de uma cultura afro-indígena, onde se destacam práticas de sociabilidade de maneira obrigatória entre índios/as e negros/as na Amazônia, requer problematização das análises históricas e antropológicas combinadas

15. Convidamos o/a leitor/a a lembrar em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/entenda-como-foi-a-morte-da-menina-agatha-no-complexo-do-alemao-zona-norte-do-rio.ghtml>, acesso em 24 abr. 2020.

com os estudos filosóficos para questões que envolvem ideias, práticas, políticas e memórias em fluxo dos antepassados, evidenciados na aliança de negros/as e índios/as no processo histórico colonial.

Imagem 4: Renata Suzana interpretando Ágatha, com uniforme escolar.



Créditos: TV Encontro das Águas.

A chegada da menina-estudante, tal como era a homenageada, efetiva-se em uma poesia adaptada de Cora Coralina declamada pelo apresentador:

Ágatha, das muitas que nascem pelo mundo. Ágatha pobre. Mas tinha casa e morada. Ainda que sem viver como se quer. Tem seu mundo e suas vaidades. Suas trouxas e seus botões. Seus haveres. Trouxa de pano na cabeça. Pedacos, sobras, retalhas. Centenas de botões, desusados, coloridos... Ágatha preta. Ágatha sofrida. Ágatha destronada. Ágatha África. Ágatha Maria. Ágatha do Rio do Janeiro. Ágatha do Quilombo do Tambor. No pouco tempo de vida, Ágatha nos ensinou o amor!

A pequena desperta no mundo espiritual, onde é recebida pelo deus Mauá, item de número 9 do regulamento do Ecofestival. Originalmente, trata-se de uma entidade sobrenatural do povo Waimiri-Atroari, grupo étnico ligado à história da cidade. É definido, em conformidade com a normativa de julgamento, como o criador de todas as coisas, não sendo um homem, mas uma divindade. Como méritos, deve apresentar expressão corporal e facial, movimentos harmônicos e domínio do espaço cênico. Comparativamente ao rival, são julgados indumentária, expressão, segurança, domínio de arena, encenação e coreografia.

Imagem 5: Deus Mauá (Ny Viana) e Ágatha (Renata Suzana) na espiritualidade



Créditos: TV Encontro das Águas.

A pequena menina adentra a lagoa sentindo dores no corpo (ela foi baleada, mas não sabe que está morta) e grita bem alto, fraca, quase caindo no chão:

Por que sinto esta dor? O que aconteceu comigo? Por que sinto esta tristeza tão grande? Onde está minha família? Eu tinha pai, tinha mãe! (percebe-se sangrando...) Este ferimento foi feito por uma bala? Mais uma daquelas que atingiram meus irmãos e minhas irmãs? Eu morri? Quem dará conta do meu futuro e das vidas que se foram com a minha? Todo dia onde eu moro a gente corre de tiro! Eu só queria estudar, crescer e me tornar a Mulher Maravilha! Meio ambiente sou eu, é você! É a vida que emerge dentro de cada um de nós, de cada bicho, de cada ente da floresta! Somos um só! Se somos uma única consciência, por que ainda nos ferem e matam a mim e a tantos outros da mesma cor que a minha? Em que a cor da minha pele me faz diferente?

Neste momento, Deus Mauá adentra a arena. Com um semblante pesaroso, parece extremamente irritado. Ele se aproxima da cena e fala, olhando para a menina, confortando-a e sarando os ferimentos:

Mais uma pessoa que devo receber no mundo espiritual? Uma criança?! Uma menina?! Até quando este povo há de me afrontar?! Até quando matarão e esquecerão que eu, guardião das forças da natureza, não tenho mais tolerância?! Até quando eu descerei para falar a língua deste povo que matou e dizimou meus irmãos kinja também?! Acaso te esqueceste dos militares a demonizarem meu povo, chamando-nos beligerantes quando queriam passar por nossas terras com tratores a trazer o que chamam de “progresso”?! Tolos! Mal sabem que a Mãe Natureza entregará a cada um conforme de cada um receber! Este sangue dilacera meu coração, o sangue dessa menina me tortura! Há pouco tempo recebi um igual, o bravo cacique Wajãpi, a provar que o massacre de minha gente nunca acaba, tudo em nome da ganância

do ouro e do dinheiro! São abelhas a morrer, flores que murcham, animais que uivam de dor por saírem expulsos de suas casas e verem ninhos a cair! Raça de víboras, serpentes traiçoeiras! O cheiro da fumaça da floresta não para de subir e me atormentar! O equilíbrio se faz pelo conhecimento e não aguento mais enviar sinais de que a hora deste povo há de chegar! Entendam: o equilíbrio ambiental só será real quando homens e mulheres tomarem consciência disto, entendendo que das pedras aos animais, tudo tem alma, cada ser tem um protetor! Ouçam o canto de transformação! Venham para os meus braços! Aqui temos esperança!

Outro momento-chave da segunda cena é a chegada da bagagem cultural afro-nordestina oriunda da vinda desses homens e dessas mulheres. Após uma procissão encenada – ao som de “Romaria”, composição de Renato Teixeira – em honra de Nossa Senhora Aparecida (padroeira deste imenso Brasil, negra, no feminino, a conduzir homens e mulheres num longo caminhar em busca da concretização de objetivos, entregando-se à fé e que o Jaú “capta” no mundo da arte), abre-se espaço para o posterior sincretismo religioso com Oxum. Surge, então, a porta-estandarte, Panmila Passos, em um balão de São João, trazendo consigo o arcabouço cultural do povo nordestino para nossas festas e nossa religiosidade. Ela conduz o reisado sergipano (Sergipe, a “terra de cordel e reisados” que dá título a esse texto), em homenagem aos primeiros homens e primeiras mulheres afronordestinos/as que aqui chegaram. Nas palavras do apresentador:

É da terra de cordel e reisados que homens negros e mulheres negras virão para a região do Paunini, no Amazonas. De Sergipe, por volta de 1907, negros e negras que aqui chegaram serão responsáveis pelo batismo – em uma história não muito “romântica” – do Paunini como “Rio dos Pretos”. Com a criação da Unidade de Conservação, homens e mulheres que aqui já habitavam viram-se obrigados a abrir mão de muitos conhecimentos tradicionais, já que agora tudo era regulado pela legislação. Muitos e muitas migraram, novamente e de modo forçado, para outras regiões, como os recônditos de Novo Airão, a sentirem saudade da terra que um dia puderam chamar de sua. Na mala dos que aqui se tornaram quilombolas, estava a riqueza mais preciosa do ciclo da borracha: esperança, vida e conhecimento. Do amálgama do encontro, uma nova noção de equilíbrio promovida em Ayika, um ambiente também de fé! Nos “encantados”, a saúde. Da saudade do reisado, muita cultura popular: nos nossos tambores, no gambá! Mamãe Oxum, vem ao Rio dos Pretos proteger! Ora Yê Yê Ô! Viva os conhecimentos tradicionais dos povos quilombolas! Viva a harmonia possível entre homem e meio ambiente! Viva o Quilombo do Tambor!

Imagem 6: Aparição da porta-estandarte (Panmila Passos), item 8, no balão junino. A primeira exaltação é baseada no formato utilizado no reisado.



Créditos: Carla Bianca.

Imagem 7: Bandeira do reisado conduzida pela foliã. Panmila, no Peixe, vem conduzindo a festa na encenação.



Créditos: Prefeitura de Lauro de Freitas, Sergipe, em divulgação.

Imagem 8: Panmila Passos com o estandarte transformado, apresentando-se para os/as jurados/as.



Créditos: Carla Bianca.

Na primeira imagem acompanhamos a chegada da porta-estandarte, conduzindo o reisado, com fantasia

e pavilhão alusivos a ele. A imagem principal é de São Benedito, santo negro bastante popular em nossa região (traduzindo o elo entre os lugares) e representativo do protagonismo de nordestinos e nordestinas. A seguir, o estandarte é transformado pelos brincantes, revelando (imagem 8) o tema (ver figura 1). Atrás dela é visível parte do balão alegórico, representativo do tradicional São João nordestino.

Após a evolução de Panmila (evolução é o nome dado ao momento em que o item concorre oficialmente para avaliação dos/as jurados/as e atribuição de notas), sucede-se outro momento religioso, traduzido por meio do gambá, inspirando no registro de Braga (2012) e na fé sincretizada – ao mesmo tempo, única! Ao som de “Ponto de Caboclo” (“não toque fogo na mata, a mata tem caçador! Afirma ponto na aldeia, caboclo da mata chegou! Zum, zum, zum! Ô, ô, ô!), o gambá se abre, revelando uma exuberante Oxum, artisticamente concebida como a protetora do “Rio dos Pretos”, já que ela é reverenciada como orixá das águas doces, além de representante da fé afro. Destaca-se que, quando planejamos a apresentação, intencionamos também a promoção do respeito às religiões de matrizes africanas, a demonstração do sincretismo com Nossa Senhora Aparecida (que havia vindo na procissão anteriormente encenada) e o resgate da história negada, invisibilizada, violentada.

Imagem 9: Regislane Santana – deusa da canção, a musa inspiradora dos poetas, item 7, aparecendo como Oxum



Créditos: Carla Bianca.

Imagem 10: Regislane Santana, após transformação. Evoluindo, ela representa “As riquezas do Quilombo”



Créditos: Carla Bianca.

Na relação entre seres humanos e aquilo que os cerca, o Jaú discursou a favor destes/as homens e mulheres que fazem parte da história, defendendo o equilíbrio entre quilombolas e seu local de moradia. A união fantasia e pessoa de Regislane representa a possibilidade de uma relação harmonicamente equilibrada entre ser humano e meio ambiente, dentro da proposta do tema. Ao vir de Oxum, a protetora do “Rio dos Pretos”, fica enfatizada a missão humana de proteger os recursos naturais, o que corresponde à mensagem ecológica que o Peixe-Boi almejava passar para o público presente.

É com a evolução da deusa da canção, a qual traz claramente inscrito em seu corpo e identidade de mulher airãoense a pauta da representatividade, que o peixe encerra a segunda cena do seu ato.

Considerações finais

O presente artigo objetivou refletir sobre como a festa representa tipos humanos, com base em um dos momentos de apresentação de uma das agremiações, o Peixe-Boi das cores verde e preta, Jaú.

Dentro do processo de autoetnografia, acredito que, neste momento, cabe-me registrar algumas nuances mais subjetivas dessa reflexão em torno da tríade criação, planejamento e execução: os textos utilizados durante a apresentação são meus e o desenvolvimento e execução foram processos construídos em comum acordo com a Equipe de Criação e Artes da agremiação. Em nossos debates, ficou claro o consenso de fazermos uma apresentação comprometida com uma crítica social contra a “intolerância”, contra o racismo, contra a xenofobia e qualquer tipo de discriminação e/ou preconceito. Para tanto, valendo-nos da história local, protagonizamos parte do percurso de nossos irmãos e irmãs quilombolas, trouxemos uma mulher

negra para representá-los/as, falamos de sincretismos e hibridismos, enfatizamos a bagagem cultural de nordestinos e nordestinas e frisamos elementos de peso, como o gambá, na decolonial arte do Peixe-Boi Jaú.

O desenvolvimento da escrita dos textos e do Histórico foi influenciado pela minha história de vida e por tudo aquilo em que acredito, além de uma boa dose de pesquisa histórica, artística e antropológica. Entendo as manifestações de cultura popular como uma oportunidade de falar com o “povo” (para além das pessoas que ocupam as arquibancadas, para todos aqueles e aquelas que assistirão posteriormente). A influência de Cora Coralina (por quem voltei apaixonado depois de uma viagem feita à Cidade de Goiás) está patente na poesia adaptada, bem como minha própria formação (agradeço imensamente ao Prof. Dr. Sérgio Ivan Gil Braga pelas profundas contribuições acerca da construção do que entendo ser a cultura popular). Minha vida consiste em luta contra o preconceito e uma defesa intransigente dos direitos humanos. Tudo isto encontra-se intimamente ligado ao que foi produzido. Espero que possa ter sido sentido no que foi aqui compartilhado.

Combater a discriminação é uma missão, considerando-se a impossibilidade de “ser neutro” diante do cenário político brasileiro da atualidade. Gostaria de sugerir mais estudos sobre o Ecofestival de Novo Airão, por sentir dificuldade em encontrar materiais sobre a festa. Aos poucos, sinto que termino também por contribuir com esses registros. Convido outros/as pesquisadores/as a fazerem o mesmo, ajudando a eternizar este folguedo tão especial para o povo airãoense. Dizem que uma imagem vale mais do que mil palavras. Assim, termino “provando” uma afirmação – o quanto a festa envolve a população do município:

Imagem 11: A “Lagoa dos Peixes” (nome dado ao local onde acontece a festa) no dia do Festival 2019, completamente lotada



Créditos: D24h.

Referências

ABREU, Maria Jasylene Pena de. **Implementação de sistemas de gestão em áreas protegidas**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. Danças e andanças de negros na Amazônia. In: SAMPAIO, Patrícia Melo. (Org.). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Editora Açai, 2011. p. 157-172.

FARIAS JÚNIOR, Emanuel de Almeida. Quilombolas no Amazonas: do rio dos pretos ao Quilombo do Tambor. In: SAMPAIO, Patrícia Melo. (Org.). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Editora Açai, 2011. p. 131-156.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HISTÓRICO DA AGREMIÇÃO JAÚ. “Nawüigu Ayika: Revolução pela Consciência”. Novo Airão: Peixe-Boi Jaú, 2019.

LIMA JÚNIOR, Josivaldo Bentes. Outras memórias: festas amazônicas e a negritude diaspórica. In: **Nawüigu Ayika: Revolução pela Consciência**, Histórico da Agremiação Jaú. Novo Airão: Peixe-Boi Jaú, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

NAKANOME, Ericky da Silva. “Três raças” e um boi-bumbá para duas: reflexões sobre a necessidade do protagonismo da cultura afro-brasileira no Festival Folclórico de Parintins. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem-estar - RECH**, Humaitá, v. 4, n. 1, p. 367-381, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/rech/article/view/5816>. Acesso em: 24 abr. 2020.

NAKANOME, Ericky da Silva; SILVA, Adan Renê Pereira da. “Boi de Negro”: origens do reconhecimento afro ao Boi de Parintins por intermédio da Arte. In: 28 Encontro Nacional dos Pesquisadores Nacionais em Artes Plásticas. Cidade

de Goiás, *Anais...* 2019. Disponível em: http://anpap.org.br/anais/2019/PDF/ARTIGO/28encontro_____NAKANOME_Ericky_da_Silva_e_SILVA_Adan_Ren%C3%AA_Pereira_da_116-130.pdf. Acesso em: 21 abr. 2020.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **O fim do silêncio**: presença negra na Amazônia. Belém: Editora Açaí, 2011.

SANTOS, Camila Matzenauer dos; BIANCALANA, Gisela Reis. Autoetnografia: um caminho metodológico para a pesquisa em artes performativas. **Revista Aspas**, v. 7, n. 2, 2017, p. 83-93. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/aspas/article/view/137980/139694>. Acesso em: 01 ago. 2020.

SILVA, Adan Renê Pereira da. **A construção identitária dos cirandeiros do Festival de Cirandas de Manacapuru**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SILVA, Adan Renê Pereira da; CASTRO, Ewerton Helder Bentes de. **A construção identitária dos cirandeiros do Festival de Cirandas de Manacapuru**. São Paulo: Dialogar, 2018.

SILVA, Adan Renê Pereira da. “Nawüigu Ayika: Revolução pela Consciência”. **Histórico da Agremiação Jaú**. Novo Airão: Peixe-Boi Jaú, 2019.

SILVA, Adan Renê Pereira da; OLIVEIRA JÚNIOR, Aduino Silva de. Gênero e festas populares: reflexões com base no Ecofestival de Novo Airão, Amazonas, Brasil. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem-estar - RECH**, Humaitá, v. 5, n. 2, p. 271-288, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/6805/4795>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SILVA, Márcia Gabrielle Ribeiro; FERREIRA, Arcângelo da Silva. Na trajetória da umbanda e candomblé: religiosidades de matrizes africanas na cidade de Parintins (1980-2000). SIMPÓSIO NACIONAL DA ABHHR, 14. **Anais [...]**, Juiz de Fora – MG, 15 a 17 de abril de 2015.